

# AOS TRABALHADORES DO METROPOLITANO

## Depois de importantes vitórias em 2016 a luta continua em 2017!

O ano de 2016 ficou marcado pelas importantes vitórias alcançadas: Travámos a privatização da nossa empresa; Recuperámos o pagamento dos Complementos de Reforma; Recuperámos os 4 dias feriadoss; Acabámos com o roubo nos salários; Assinámos os nossos Acordos de Empresa salvaguardando o quadro de direitos contidos nos anteriores acordos; Aprovou-se um Orçamento de Estado para 2017 consagrando a efectividade da contratação colectiva. Foram importantes vitórias, **fruto da luta de resistência que travámos entre 2009 e 2015, e da acção desenvolvida em 2016.**

**Mas a luta vai ter que continuar.**

**Desde logo pela recuperação da fiabilidade e prestígio do serviço público que prestamos,** que tão degradado está pelas acções e omissões das administrações e governos nos últimos 8 anos. A entrada de trabalhadores tem que deixar de ser uma promessa sempre adiada. O investimento no material circulante e na infraestrutura tem que concretizar-se. A reconstrução da nossa empresa, decidida por lei da Assembleia da República proposta pelo PCP, não pode continuar a ser adiada (e o prazo de 1 de Janeiro já foi desrespeitado!).

**E os avanços conquistados no Orçamento de Estado para 2017 têm que ser materializados.** E importa ter claro quais são, porque o Governo e a Administração vão resistir à sua plena efectivação:

- Deixou de existir a norma que impedia os preços reduzidos nos refeitórios, o que implica que os trabalhadores do Metropolitano apenas deverão pagar 2 euros no refeitório da empresa;

- Já a partir de 1 Janeiro, todo o trabalho suplementar, extraordinário e nocturno deve ser remunerado como estipulado no Acordo de Empresa;

- Em Julho, todas as anuidades, progressões e promoções em atraso devem ser concretizadas (contando-se todo o tempo decorrido), sendo que durante seis meses (Julho a Dezembro) só são pagos 50% dos efeitos remuneratórios dessas actualizações. As avaliações em atraso têm que ser realizadas até lá, ou os trabalhadores devem exigir a aplicação automática dos valores máximos.

- Os cortes continuam. Eles deixam é de sobrepor-se à contratação colectiva. Ora os trabalhadores das Empresas participadas (Ferconsult, Metrocom, Publimetro) não estão abrangidos por contratação colectiva e vão continuar a ser vítimas dessa política. A extensão a estas empresas do Acordo de Empresa é a medida que deve ser concretizada imediatamente, e que está nas mãos da Administração concretizar já em Janeiro.

Como sempre, será a unidade e mobilização dos trabalhadores que determinará quanto conseguiremos avançar em 2017.

Os trabalhadores sabem que podem contar com o PCP, que usará toda a força que tiver para fazer avançar os direitos dos trabalhadores e o serviço público de transportes. Os trabalhadores sabem que é importante reforçarem o PCP em todos os aspectos.

**Mas nada substitui a organização, unidade e luta dos trabalhadores!**

# Vale a pena lutar!

2 Janeiro 2017

sector.transportes@dorl.pcp.pt

Célula no Metropolitano de Lisboa  
**Partido Comunista Português**

